

PERSPECTIVAS DE PIBIDIANOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA SALA DE RECURSOS EM ESCOLAS INCLUSIVAS

Adriana Devesa dos Santos¹

Alliny de Matos Ferraz Andrade²

Clícia Elisa Maselli Bidu³

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido no Centro de Ensino Fundamental 7 de Ceilândia/DF, uma das escolas polo de educação bilíngue para surdos. Ao longo de quatro meses, os participantes acompanharam práticas pedagógicas voltadas aos estudantes surdos, tanto na sala de recursos quanto na sala de aula regular. Essa vivência possibilitou uma análise crítica sobre o papel das salas de recursos específicas para surdos, refletindo acerca de sua relevância para a inclusão escolar e sobre os limites de sua centralidade, que pode, em alguns casos, reforçar barreiras à participação plena na vida escolar. Os resultados evidenciam que a Libras, enquanto língua natural da comunidade surda, deve ocupar um lugar central nas práticas pedagógicas, sendo utilizada de forma transversal em todo o espaço escolar. O Português escrito, por sua vez, é introduzido como segunda língua, respeitando o processo de aquisição linguística dos estudantes e favorecendo sua participação efetiva nas atividades educacionais. O estudo destaca a necessidade de práticas que integrem sala de recursos e sala comum, promovendo a inclusão linguística e social em uma comunidade majoritariamente ouvinte. A experiência no PIBID contribui por proporcionar aos futuros docentes formação voltada ao fortalecimento de uma perspectiva verdadeiramente inclusiva para surdos na educação básica.

Palavras-chave: Educação de bilíngue surdos, Libras, Sala de recursos, Prática docente.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, o debate acerca da inclusão de estudantes surdos tem ganhado cada vez mais visibilidade, impulsionado pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão (Lei nº 10.436/2002) e pela regulamentação que assegura a educação bilíngue em todos os níveis de ensino, com Libras como primeira língua e português escrito como segunda (Decreto nº 5.626/2005).

¹ Graduada em Pedagogia – UDF e participante de PIBID – Multidisciplinar em educação bilíngue de surdos – adri.sdevesa@gmail.com

² Doutora em Linguística da Universidade de Brasília – DF e coordenadora da área – allinyandrade@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia – UDF e participante de PIBID – Multidisciplinar em educação bilíngue de surdos – clicia.maselli@gmail.com



Entretanto, a realidade escolar ainda revela desafios significativos para a concretização dessa proposta. Em muitas instituições, o atendimento ao estudante surdo permanece restrito às Salas de Recursos Específicas (SRE), frequentemente compreendidas como o único espaço acessível a esse público. Tal prática, ainda comum, suscita reflexões sobre o papel da escola no processo inclusivo e sobre a efetividade das políticas que pretendem garantir a presença plena dos surdos em todos os ambientes de aprendizagem.

A escolha deste tema nasce da necessidade de questionar práticas pedagógicas naturalizadas, que muitas vezes são reproduzidas sem análise crítica. A educação inclusiva não deve se limitar a espaços segregados nem reduzir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a uma solução isolada. Considerando que a surdez constitui, antes de tudo, uma diferença de natureza linguística e cultural, torna-se essencial indagar se o modelo atualmente vigente realmente promove a inclusão, ou se, ao contrário, acaba por reforçar a exclusão e o isolamento dentro da escola.

Dessa forma, o presente estudo busca compreender como a Sala de Recurso Específica se articula com a sala de aula comum no processo de inclusão dos estudantes surdos. Para tanto, o trabalho se baseia na percepção de estudantes do curso de Pedagogia, participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cujo objetivo é aproximar a formação inicial da prática educativa por meio da inserção dos licenciandos no contexto escolar.

As participantes acompanharam, durante quatro meses, as práticas pedagógicas desenvolvidas no Centro de Ensino Fundamental 7 de Ceilândia, escola polo, observando o cotidiano de alunos surdos e com deficiência auditiva, tanto na Sala de Recurso Específica quanto nas turmas regulares de ensino. Essa vivência despertou um questionamento central: as salas de recursos têm realmente colaborado para a inclusão e o fortalecimento da educação bilíngue, ou têm reproduzido um modelo que perpetua barreiras e desigualdades?

Diante dessa problemática, este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da Sala de Recurso Específica e distinguir o seu papel em relação ao da sala de aula comum no processo de inclusão de estudantes surdos em uma comunidade escolar majoritariamente ouvinte.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, por buscar compreender, a partir das experiências de futuros docentes, as percepções sobre o papel da Sala de Recurso Específica no processo de inclusão de estudantes surdos.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa se preocupa em compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências e contextos, permitindo uma aproximação sensível e interpretativa do fenômeno estudado. Nesse sentido, o estudo não pretende quantificar dados, mas analisar percepções, interações e práticas pedagógicas vivenciadas no ambiente escolar.

O campo empírico desta investigação foi o Centro de Ensino Fundamental 7 de Ceilândia, localizado no Distrito Federal, reconhecido como escola polo de surdos. A escolha dessa instituição deve-se à presença de Sala de Recurso Específica e à atuação integrada entre professores surdos, intérpretes e docentes da sala comum, o que possibilita observar práticas reais de ensino bilíngue.

Os sujeitos participantes foram duas acadêmicas do curso de Pedagogia, integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao Centro Universitário UDF. As bolsistas acompanharam, durante quatro meses as atividades realizadas na escola, participando de momentos de observação, registros reflexivos e conversas informais com professores e estudantes surdos.

Os procedimentos metodológicos envolveram observação participante e análise documental, com registros em diário de campo. As observações concentraram-se nas interações entre alunos surdos, professores e intérpretes, tanto nas salas de aula regulares quanto na Sala de Recurso Específica. Posteriormente, os registros foram analisados de forma interpretativa, à luz dos referenciais teóricos que abordam a educação bilíngue de surdos, o AEE e a formação docente, buscando identificar evidências que apontassem avanços e desafios na implementação de práticas inclusivas.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise interpretativa qualitativa, conforme orientam Minayo (2012), privilegiando a compreensão do significado das práticas observadas e das narrativas produzidas pelas participantes. Assim, o foco não recai sobre a generalização

dos resultados, mas sobre a compreensão profunda do contexto e das experiências vividas no cotidiano escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como um dos principais instrumentos de apoio à inclusão escolar de estudantes com deficiência, garantindo-lhes condições de acesso, permanência e aprendizagem. No caso dos estudantes surdos, esse atendimento ocorre, geralmente, em salas de recursos bilíngues, com atividades voltadas ao desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ao apoio à alfabetização em português escrito e ao fortalecimento dos conteúdos escolares.

Entretanto, é fundamental compreender que o AEE não substitui o ensino regular, mas deve atuar de forma complementar. Mantoan (2003) adverte que, quando o atendimento especializado se distancia da rotina escolar, pode reforçar a exclusão, ainda que de maneira não intencional — especialmente quando o estudante passa mais tempo na sala de recursos do que na sala comum. Assim, a articulação entre o professor regente e o professor do AEE é essencial para garantir uma proposta pedagógica integrada.

Para que isso ocorra, a Libras precisa circular em todos os espaços da escola, não apenas no atendimento especializado. Quadros e Schmiedt (2006) chamam atenção para o risco de se centralizar as práticas bilíngues apenas na sala de recursos, o que limita a participação dos estudantes surdos na vida escolar e reforça práticas exclucentes. A escola, portanto, deve se reconhecer como um ambiente bilíngue, no qual a Libras e o português coexistam de forma integrada e funcional, garantindo acesso equitativo à aprendizagem e à interação.

Entre as ações mais relevantes voltadas à inclusão dos estudantes surdos, destaca-se a Sala de Recurso Específica para Surdos, prevista pela Secretaria de Educação do Distrito Federal como um espaço pedagógico conduzido por professor especializado. Essa sala tem como finalidade oferecer o AEE a estudantes com surdez ou deficiência auditiva matriculados em todas as etapas da Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação do Campo e a Educação Profissional e Tecnológica. Por envolver uma diferença de natureza linguística e cultural, esses espaços fortalecem o uso da Libras, reconhecendo-a como primeira língua e base para o desenvolvimento educacional do estudante surdo. Como

defende Andrade (2023), o acesso precoce à Libras é essencial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico, pois é por meio de sua língua natural que o sujeito constrói conhecimento de mundo, interage socialmente e adquire condições para a aprendizagem do português escrito como segunda língua.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2001), a linguagem é compreendida como instrumento fundamental de mediação entre o sujeito e o meio social, sendo por meio dela que o indivíduo se desenvolve cognitivamente. Com base nesse referencial, autores como Lodi (2013) argumentam que, para o estudante surdo, a Libras desempenha esse papel mediador, possibilitando a construção de significados, a interação social e o acesso ao conhecimento. O uso efetivo da Libras na escola, portanto, favorece uma aprendizagem inclusiva e significativa, reforçando o princípio da equidade educacional e da valorização das diferenças linguísticas e culturais.

Outro aspecto indispensável à consolidação da educação bilíngue é a formação docente, que exige dos professores não apenas domínio teórico e metodológico, mas também competência linguística em Libras, sensibilidade cultural e compromisso ético com a diferença. Formar profissionais capazes de compreender a surdez como diferença linguística e cultural é condição fundamental para o êxito das práticas bilíngues.

Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) configura-se como uma experiência formativa significativa, por promover a aproximação entre a universidade e a escola pública, articulando teoria e prática em situações reais de ensino. Durante a vivência no programa, os licenciandos têm a oportunidade de observar, refletir e intervir pedagogicamente nos processos educativos, desenvolvendo um olhar investigativo e crítico sobre a docência.

Conforme Gatti e Barreto (2009), a formação de professores deve articular uma base teórica consistente com experiências práticas que permitam compreender a complexidade da escola e do trabalho docente. Nessa perspectiva, programas como o PIBID tornam-se fundamentais por favorecer essa integração entre universidade e escola, contribuindo para uma formação mais crítica e reflexiva. Essa aproximação fortalece o compromisso do futuro professor com uma educação pública de qualidade e inclusiva, condição essencial também para as práticas voltadas ao ensino bilíngue de estudantes surdos.

No contexto da educação de surdos, o PIBID assume um papel ainda mais expressivo, ao possibilitar que os futuros docentes vivenciem, de forma direta, o contato com a Libras,

com a cultura surda e com as práticas pedagógicas próprias das salas bilíngues. Essa imersão promove o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica, permitindo compreender que a inclusão educacional não se concretiza apenas pela boa vontade, mas demanda formação teórica consistente, planejamento pedagógico intencional e escuta sensível às diferenças.

Mais do que preparar professores para o exercício da docência, o PIBID contribui para a formação de educadores comprometidos com a diversidade, conscientes de seu papel social e capazes de atuar na construção de uma escola verdadeiramente bilíngue, democrática e inclusiva, em que todos — inclusive os estudantes surdos — tenham voz, vez e espaço para aprender e se desenvolver plenamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros e observações realizadas pelas participantes do PIBID permitiu compreender que a Sala de Recurso Específica desempenha papel central na mediação do processo de aprendizagem dos estudantes surdos, mas ainda enfrenta limitações que comprometem a efetivação de uma educação bilíngue plena.

Durante o período de observação no Centro de Ensino Fundamental 7 de Ceilândia, constatou-se que a Sala de Recurso é um espaço importante de apoio pedagógico, no qual os alunos surdos têm acesso a materiais adaptados, atividades em Libras e acompanhamento individualizado. As pibidianas relataram que o ambiente se mostra acolhedor e visualmente acessível, favorecendo o uso da Libras como língua de instrução e o fortalecimento da identidade surda. Contudo, também identificaram que o tempo destinado ao atendimento é reduzido e que o diálogo entre o professor da sala de recursos e os docentes da sala regular ainda ocorre de forma pontual, o que limita a integração entre os espaços educativos.

Essas constatações dialogam com Quadros e Schmiedt (2006), que ressaltam que a Libras deve circular por toda a escola e não apenas nos espaços especializados. Quando a prática bilíngue se restringe ao AEE, a escola corre o risco de reproduzir uma inclusão meramente formal, na qual o estudante surdo permanece fisicamente presente, mas linguisticamente isolado. Tal situação evidencia que a efetividade da educação bilíngue depende menos da existência de um espaço específico e mais da integração pedagógica entre os profissionais e do reconhecimento da Libras como língua de ensino em todas as instâncias escolares.

Outro aspecto observado pelas bolsistas refere-se à participação dos intérpretes educacionais. Embora sua atuação se mostre fundamental para o acesso dos alunos surdos aos conteúdos, foi possível perceber que, em alguns momentos, a dinâmica da aula se torna excessivamente dependente da tradução, sem que o professor ouvinte estabeleça interações diretas em Libras. Essa distância linguística reforça a necessidade de formação docente

bilíngue, conforme destacam Andrade (2023) e Skliar (1998), a presença do intérprete não substitui o papel do professor no processo de mediação linguística, sendo essencial que o docente participe ativamente da comunicação em Libras e das práticas bilíngues em sala de aula.

Além disso, a vivência das pibidianas revelou que a presença de alunos surdos em sala regular provoca transformações nas práticas pedagógicas e nas concepções dos próprios professores. O contato com a diferença linguística estimula a reflexão sobre o planejamento didático, a escolha de recursos visuais e o uso de estratégias que favorecem a aprendizagem de todos os alunos. Essa experiência corrobora o que afirmam Mantoan (2003) e Gatti e Barreto (2009): a inclusão é também um processo formativo para o professor, que se constrói ao vivenciar situações reais de diversidade.

Por fim, as participantes destacaram que o PIBID se mostrou um espaço privilegiado de aprendizagem profissional, ao proporcionar o diálogo entre teoria e prática e permitir a compreensão dos desafios concretos da educação bilíngue. Ao acompanhar as rotinas escolares, as pibidianas perceberam que a inclusão de estudantes surdos requer mais do que boa vontade ou infraestrutura — exige formação linguística, planejamento colaborativo e políticas institucionais que sustentem o bilinguismo.

De modo geral, os resultados evidenciam que a Sala de Recurso Específica tem contribuído para o avanço da inclusão de alunos surdos, mas sua atuação ainda precisa ser articulada com o trabalho pedagógico das salas regulares. A consolidação de uma escola verdadeiramente bilíngue passa pelo reconhecimento da Libras como língua de instrução de todo o ambiente escolar e pela formação continuada de professores capazes de atuar em contextos linguísticos diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que a Sala de Recursos Específicos exerce papel fundamental na aprendizagem dos estudantes surdos, ao possibilitar o uso da Libras como língua de instrução e o fortalecimento da identidade surda. No entanto, verificou-se que a efetividade da inclusão depende da integração entre esse espaço e as salas de aula regulares, bem como da formação linguística e pedagógica dos docentes.

As experiências das participantes do PIBID mostraram que a vivência prática em contextos bilíngues amplia a compreensão sobre o ensino inclusivo, contribuindo para uma formação docente mais sensível à diferença e comprometida com o direito linguístico da pessoa surda.

Conclui-se, portanto, que promover uma educação bilíngue efetiva requer não apenas políticas públicas e estruturas específicas, mas sobretudo formação continuada, diálogo entre profissionais e valorização da Libras em todo o ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alliny de Matos Ferraz. **Um olhar para a jornada linguística do surdo bilíngue**: a importância da aquisição da Libras (L1) na construção de conhecimento de mundo e na aprendizagem do português-por-escrito (L2). 2023. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elba. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/2005. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.



QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. **Ideias para ensinar português para surdos.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre a diferença.** Porto Alegre: Mediação, 1998.